

# REPRESENTAÇÃO/DESCRIÇÃO DE ACERVO FOTOGRAFICO: UM PANORAMA DE INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS CATARINENSES

## PHOTOGRAPHIC ARCHIVE REPRESENTATION/DESCRIPTION: A OVERVIEW OF CATARINENSE ARCHIVISTIC INSTITUTIONS

Vanessa Aline Schweitzer<sup>a</sup>

Eva Cristina Leite da Silva<sup>b</sup>

Marisa Bräscher<sup>c</sup>

### RESUMO

**Introdução:** a fotografia, um dos gêneros documentais arquivísticos, fornece informações de diferentes contextos para a sociedade. Através de suas imagens, proporciona a comunidade um ponto de vista sobre determinadas épocas, costumes, culturas, arquitetura etc. Já o arquivo, unidade de informação, carrega consigo a corresponsabilidade em organizar, custodiar, preservar, disseminar e dar acesso à informação. **Objetivo:** verificar como os acervos fotográficos, de unidades arquivísticas públicas e privadas do Estado de Santa Catarina, encontram-se disponibilizados à sociedade nos respectivos sítios eletrônicos institucionais. **Metodologia:** recorre-se como técnicas de pesquisa: bibliográfica e documental e para coleta de dados os sítios eletrônicos dos arquivos. **Resultados:** identificou-se 27 instituições arquivísticas da região do Estado de Santa Catarina integrantes do Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervo Arquivísticos. Destas instituições, quatro dispõem páginas na internet para realizar pesquisas, contudo, somente três arquivos estudados disponibilizam documentos fotográficos *online*. **Conclusões:** observa-se na literatura que a fotografia faz parte da sociedade contemporânea e necessita do tratamento documental arquivístico para ser disponibilizada para consulta. Processo como, por exemplo, a descrição é parte do fazer arquivístico, sua padronização, propicia melhor qualidade no trabalho técnico, acarretando benefícios na recuperação e facilitando o amplo acesso, especialmente quando disponibilizados em redes de internet. Portanto, é relevante que o acervo fotográfico esteja respaldado por estes processos e disseminado. Todavia, a pesquisa sinaliza uma minoria de arquivos públicos do Estado

---

<sup>a</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: [vaschveitzer@gmail.com](mailto:vaschveitzer@gmail.com)

<sup>b</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: [eva.cristina@ufsc.br](mailto:eva.cristina@ufsc.br)

<sup>c</sup> Doutora em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: [marisa.brascher@gmail.com](mailto:marisa.brascher@gmail.com)

de Santa Catarina dotados de endereço eletrônico, uma ferramenta tecnológica fundamental no século XXI para busca e na recuperação de documentos.

**Descritores:** Fotografia. Acervo fotográfico. Descrição arquivística. Arquivos. Organização da Informação.

## 1 INTRODUÇÃO

Na área da Ciência da Informação, o registro documental é determinante para a socialização informacional. Partindo da premissa de que a fotografia está presente no dia-a-dia em contexto social, cultural, político e econômico, é fundamental que essa informação seja organizada para garantir sua recuperação e acesso.

No processo de organização, destaca-se a descrição arquivística entendida como uma das formas de representação da informação e que objetiva a recuperação e acesso.

Nos arquivos, a fotografia é considerada como um documento arquivístico. Na perspectiva de Bellotto (2006, p. 36) documento é, “qualquer elemento gráfico, iconográfico, [...]”. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia [...]”.

O documento fotográfico através de suas imagens, proporciona à sociedade um ponto de vista sobre determinadas épocas, costumes, culturas, arquitetura, etc. É um documento que se torna importante para a sociedade na medida em que comprova e registra acontecimentos de um período contemporâneo ou não.

Da fotografia destacam-se algumas qualidades como “uma força documental e uma capacidade de comprovação”, que se opõem em determinados contextos: A foto também pode ser arte! (FABRIS, 2009, p. 22). São conteúdos informacionais que preservados são capazes de suscitar conhecimentos.

É nesse contexto que o presente estudo pretende constatar se instituições arquivísticas públicas e privadas, possuem páginas na internet para realização de pesquisas em acervos fotográficos. O objetivo desta pesquisa é verificar nos

*sites*<sup>1</sup> dos arquivos de Santa Catarina (SC), registrados no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervo Arquivísticos, como o acervo fotográfico encontra-se disponibilizado para a recuperação e acesso à informação. Dessa forma, este mapeamento apresenta instrumentos de pesquisa elaborados pela instituição que auxiliam na recuperação de documentos fotográficos custodiados nos arquivos estudados.

De acordo com o documento “Diretrizes Gerais para a Construção de *websites* de Instituições Arquivísticas”, a página de internet

[...] de uma instituição arquivística deve ser visto como um instrumento de prestação de serviços – dinâmico e atualizável – e não simplesmente como a reprodução de um folder institucional. Trata-se, na verdade, de um espaço virtual de comunicação com os diferentes tipos de usuários da instituição [...] (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2000a, p. 4).

Nesse contexto, é relevante que as informações publicadas em *websites* de arquivos atendam as demandas da sociedade. Para isso é essencial que o conteúdo informacional esteja organizado e representado de forma adequada, prevendo assim sua utilidade para possíveis pesquisas como educacionais, culturais, científicas, apenas por curiosidade, etc.

A organização e representação da informação arquivística ajuda a compreender o conjunto das informações produzidas e recebidas, possibilita sua circulação, socialização e acesso nos mais variados suportes. Potencializa o uso das informações nas diferentes áreas de conhecimento: saúde, administração, economia, turismo, política e outras. Parte destas informações são registradas originando os mais variados tipos de documentos, e para que o cidadão possa ter acesso as estas informações, é essencial o tratamento.

## **2 FOTOGRAFIA: UM DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO**

A informação está presente em todas as direções que olhamos. A vida doméstica, cotidiana ou profissional é dotada de informações que empregam os meios de comunicação como transporte de uma mensagem. Contudo, para que

---

<sup>1</sup> Este termo é usado no texto por palavras como: sítio, sítio eletrônico, endereço na internet e páginas na internet.

a informação seja utilizada por mais pessoas independente do tempo e espaço, supõe-se que a mesma seja documentada, ou seja, tenha sido registrada (SMIT, 2012). Uma clássica definição a respeito de informação é apresentada por Le Coadic (2004), quando afirma que informação é um conhecimento que pode estar registrado sob a forma escrita, sonora, oral ou visual.

Na Ciência da Informação (CI), a informação registrada é uma delimitação essencial. Se a informação não estiver registrada, independente do seu tipo de suporte, é uma informação que não está passível a socialização (SMIT, 2012). Certo que ainda temos fragilidades quanto à organização e recuperação informacional, um dos fatores dessa problemática que é o crescente volume e rapidez com que a informação se desenvolve.

A capacidade informativa de um documento é que o define enquanto tal, dado que seu aspecto pragmático revela o caráter social e simbólico da informação e, conseqüentemente, os ambientes e as situações concretas de uso (LARA; ORTEGA, 2011, p. 17).

Com a Revolução Industrial e conseqüentemente o desenvolvimento das ciências, a fotografia surge na primeira metade do século XIX, passando a ocupar e fazer parte do contexto social, tanto para fins do cotidiano ou relacionado a transmissão de informação e conhecimento (KOSSOY, 2012).

A invenção da fotografia é recente no contexto social, e proporcionou à sociedade uma visão do mundo por completo, o homem passa a ter um conhecimento mais preciso e real sobre as informações que são disseminadas, que até então, eram transmitidas unicamente através do uso escrito, verbal e pictórico (FABRIS, 2009; KOSSOY, 2012; KUBRUSLY, 2006).

A fotografia é retratada como um exemplo de espécie documental, ou seja, os diferentes gêneros documentais reúnem tipos de documentos que possui características comuns de estruturação da informação. Pode assim, receber o tratamento descritivo (CONSELHO..., 2006). Para realizar este processo a Norma Brasileira de Descrição Arquivística,

[...] estabelece diretrizes para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF), e tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. [...] Tem por objetivo estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns,

buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas (CONSELHO..., 2006, p. 11).

Silva e Duarte (2016) explicam que para alguns especialistas no campo da Arquivologia, o documento fotográfico é caracterizado como documento iconográfico. A fotografia “revela aspectos de vida material de um determinado tempo do passado de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta”. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 406). Através dela, pode-se representar por meio de imagens uma lembrança do passado, um flagrante surpreendente, aspectos arquitetônicos, obras públicas e demais outros aspectos culturais, sociais, históricos, etc.

Por meio da fotografia é possível fragmentar a realidade num processo de congelamento do gesto e da paisagem, e, portanto, a perpetuação de um momento, de memórias: memória de uma pessoa, da comunidade, de um fato social, da natureza, de paisagens urbanas, dos costumes e tantas outras ocasiões. De fato, a cena exata registrada por meio da fotografia não se repetirá nunca mais. Este momento vivido, é eternizado através de uma imagem imóvel fotográfica (KOSSOY, 2012). Ainda nesta concepção a fotografia é considerada “fonte inesgotável de informação e emoção”, o sentido visual é aguçado “trazendo lembranças e memórias tanto no mundo físico e natural, da vida individual e social” (KOSSOY, 2016, p. 168).

“Apesar da aparente neutralidade do olho da câmera e de todo o verismo iconográfico, a fotografia será sempre uma interpretação” (KOSSOY, 2012, p.126). Assim, as informações “do signo escrito devem ser continuamente utilizadas na compreensão da cena passada através de imagens que registram aspectos selecionados do real” (KOSSOY, 2012, p. 129). Para isso, a descrição arquivística auxilia neste processo de descrever e representar a informação que consta nos documentos e/ou fundos de arquivos, com o ato de permitir a identificação e a localização do documento (SOUSA *et al.*, 2006).

O que determina uma fotografia ser um documento arquivístico é o seu contexto, ou seja, sua função e relações orgânicas estabelecidas com os demais documentos pertencentes a um determinado conjunto de documentos produzidos e, ou recebidos por um órgão.

O acervo fotográfico pode se tornar um importante instrumento de consultas que retrata lembranças do passado (SILVA; DUARTE, 2016). Para isso, é essencial que o mesmo seja tratado e reconhecido como os demais documentos. Ou seja, o documento fotográfico deve ser classificado, avaliado e descrito, para que então sejam produzidos instrumentos de pesquisas ao cidadão, passíveis de recuperação e acesso ao conteúdo (MANINI, 2009).

A próxima seção trata da Organização do Conhecimento (OC) e da Informação (OI), da Representação da Informação (RI) e o papel deste processo para garantir o acesso à informação.

### **3 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO (OI) E REPRESENTAÇÃO (RI)**

A Organização do Conhecimento OC é compreendida como uma ciência que organiza a estrutura e o sistema dos conceitos de acordo com seus atributos, que podem ser determinados como elementos de herança do objeto (DAHLBERG, 2006). Bräscher e Café (2008) complementam, a organização e a representação do conhecimento são baseadas no universo dos conceitos, ou seja, dos conjuntos das características que definem e representam algo, e não no universo dos registros de informação. Nesse contexto, a organização e representação da informação estão diretamente unidas com as informações relativas ao “mundo dos objetos físicos, distinto do mundo da cognição, ou das ideias, cuja unidade elementar é o conceito (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 5).

Tognoli (2012, p. 114) elucida que o acesso informacional,

é um tema recorrente no cotidiano das sociedades, principalmente quando é entendido no contexto dos direitos do cidadão que encontra na informação elementos para aquisição de conhecimento sobre os fatos de natureza pública e privada.

As informações apresentadas em um documento, independente do suporte, são capazes de suscitar conhecimento. Para isto, a organização da informação (OI) faz-se necessária para possibilitar o acesso ao conhecimento contido nas informações (ROBREDO; BRÄSCHER, 2010).

Bräscher e Café (2008) esclarecem que a organização da informação é um processo que compreende a descrição física e do conteúdo dos objetos

informacionais. Ainda na concepção das autoras, a representação da informação (RI) é caracterizada como um conjunto de elementos que descrevem e representam atributos de um determinado objeto informacional (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008).

Para que exista o acesso informacional não basta ter a informação armazenada, é preciso que esteja representada, ou seja, descrita e disponível. Essa descrição consiste no significado que este “objeto” apresenta, e/ou as relações que ele possui com outros objetos (SVENONIUS, 2000).

Dodebei (2002, p. 28) esclarece que a representação da informação (RI) é formada por objetos e propriedades; os objetos são “coisas que queremos representar”, e as propriedades são “as características dessas coisas”. Moraes e Arcello (2000, p. 13) complementam ao afirmar que, “as representações são instrumentos de ordenação e hierarquização da estrutura social e identificam o grupo ou meio que as produziu e que as consome”. Desse modo, a representação da informação (RI) torna-se primordial para o acesso e uso eficaz da informação.

Para que o conteúdo informacional seja disponibilizado de modo efetivo e preciso, torna-se importante a existência de normas e critérios rígidos de qualidade técnica, e observação de padrões nacionais e/ou internacionais que permitem a utilização da informação através do usuário final (GUIMARÃES, 2009).

Na Arquivologia o processo de descrição é desempenhado através da função descrição arquivística. A descrição arquivística cumpre seu papel ao descrever o documento tanto na sua forma física quanto intelectual (RODRIGUES, 2003). Além desse processo de descrição, os documentos, ou seja, o fundo arquivístico, deve ser tratado de maneira orgânica, “obedecendo à lógica de sua produção e acumulação” (RODRIGUES, 2003, p. 1). Pode-se utilizar linguagens específicas, normas e formatos que padronizam este tipo de descrição. Um exemplo é a ISAD(G) (Norma geral internacional de descrição arquivística), NOBRADE (Norma brasileira de descrição arquivística), ISDF (Norma internacional para descrição de funções), ISAAR (CPF) (Norma internacional de registro de autoridade para entidades coletivas, pessoa e

família) e entre outras.

Robredo e Bräscher (2010) contextualizam através da literatura a variedade de denominações que existem para a descrição de assunto, tais como: análise temática, tratamento temático da informação, análise documentária e descrição de conteúdo. Tais técnicas são realizadas através de processos de classificação, indexação/resumo ou condensação documental.

Com base nos autores mencionados nessa seção, observa-se que para ter acesso às informações se faz necessário que exista um tratamento do conteúdo dos documentos. Cada documento como por exemplo: fotos, vídeos, livros, periódicos científicos, cartas e entre outros, possuem sua particularidade e especificidade, contudo, isso implica na existência de uma representação e organização da informação e do conhecimento.

No intuito de uma melhor compreensão da representação da informação (RI) em acervo fotográfico custodiados em arquivos, a próxima seção discorre sobre descrição arquivística.

#### **4 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA**

No Brasil o órgão responsável pela regulamentação e normalização da descrição arquivística é o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Este vinculado ao Arquivo Nacional, que estabelece a política nacional dos arquivos públicos e privados, um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) (CONARQ, 2019).

Com os avanços tecnológicos e a velocidade com que a informação se propaga no mundo, é indispensável que estes dados e informações contidas no documentos permaneçam “[...] organizados, sistematizados e disponíveis, adotando-se normas de descrição uniformes e compreensíveis de seus acervos, para que se estabeleça um efetivo intercâmbio de ideias e de conhecimento” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 8). Em vista disso, em setembro de 2001, o CONARQ cria a Câmara Técnica de Normalização e Descrição Arquivística, dispendo como principal objetivo elaborar as normas brasileiras de descrição, tendo como referência as normas internacionais ISAD



(G) e a ISAAR (CPF) (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2004).

A fim de ter uma melhor clareza a respeito das normas internacionais ISAD (G) e a ISAAR (CPF), concentra-se aqui uma breve contextualização sobre as mesmas. A ISAD (G) é a primeira norma elaborada com o compromisso de padronizar a descrição de documentos arquivísticos. Publicada em 1994 pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), tem a função de abranger documentos de todo e qualquer suporte (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000). Lopez (2002, p. 14) explica que a norma ISAD (G) visa “[...] padronizar a descrição arquivística a partir de uma estruturação multinível, isto é, do geral ao particular, inserindo cada item da descrição na estrutura geral do fundo de arquivo, em uma relação hierárquica”. Esta norma descreve o conteúdo do documento por meio de um modelo padronizado o qual propicia um controle intelectual que o torne confiável e acessível (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000).

A norma ISAAR (CPF) “foi desenvolvida pela Comissão *Ad Hoc* de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) entre 1993-1995 e foi publicada pelo CIA em 1996” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2003, p. 9). O objetivo principal desta norma é “fornecer regras gerais para a normalização de descrições arquivísticas de produtores de documentos e do contexto da produção de documentos [...]” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2003, p. 12). Dessa maneira, a ISAAR (CPF) preocupa-se em representar de maneira padronizada as entidades relacionadas à produção e manutenção de arquivos.

Outras normas internacionais como ISDIAH (Norma internacional para descrição de instituições de acervo arquivístico) e ISDF são usadas no processo de descrição arquivística, entretanto não será discutido a respeito delas neste estudo. Todavia, assim como ISAD (G) e ISAAR (CPF), há um inter-relacionamento entre todas as normas de descrição citadas acima.

No ano de 2006 é publicada por meio do CONARQ a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE. Esta norma tem o intuito de determinar a padronização para descrição de documentos arquivísticos, visando o acesso de informações no âmbito nacional e internacional. Possui oito áreas de descrição,

contendo 28 elementos, sendo que sete elementos são de uso obrigatório. Tais elementos essenciais são: código de referência, título, data, nível de descrição, dimensão e suporte, produtor e condições de acesso (CONSELHO..., 2006).

Ao longo dos anos, o termo descrição adquiriu novas compreensões na área da Arquivologia. Desde o Manual da associação dos Arquivistas Holandeses, criado em 1898, uma sessão é dedicada à descrição, ressaltando procedimentos a serem seguidos para que possa ser elaborados instrumentos de pesquisa. Contudo, não é apresentada uma definição concreta sobre o que é o processo de descrição (HAGNE, 1998).

Em concepção atual, Llanes Padrón (2012) explica que a descrição arquivística sofreu uma transformação de paradigma com o estabelecimento de normas que a padronizaram. Antes das normas, a descrição arquivística era compreendida como o processo de criar instrumentos de pesquisa, podendo citar como exemplo: índices guias, inventários e entre outros. Após à padronização de normas, a descrição arquivística passa a dedicar a representação das informações não apenas intrínsecas aos documentos arquivísticos, mas também as extrínsecas (contexto), ou seja, seus produtores (pessoas e instituições) e as razões que os levam a criar os documentos (funções).

Para Duranti (1993, p. 47, tradução nossa), “o termo ‘descrição arquivística’ pode ser definido como escrever sobre materiais de arquivo, e abrange as ideias de representação, identificação e organização”. No meio arquivístico a mediação entre as informações que constam nos documentos de arquivos e os usuários dá-se por meio de instrumentos de pesquisas (guias, índices, catálogos, edição de fontes e etc.) (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Contudo, ressalta-se que, se a classificação arquivística não estiver estabelecida, não é possível realizar a descrição arquivística, exceto por item documental, ainda assim, com sérios riscos de descontextualização dos documentos.

Somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram. Nesse sentido, podemos afirmar que as atividades de classificação só conseguem ter seus objetivos plenamente atingidos mediante a descrição documental (LOPEZ, 2002, p. 12).

Salienta-se ainda, que as imagens fotográficas registram e representam nossas experiências em sociedade, de acordo com Sontag (2004, p. 13), “coleccionar fotos é coleccionar o mundo [...]”. Desse modo, a existências de acervo fotográficos em arquivos, faz repensar a maneira na qual estes documentos são descritos.

Os documentos fotográficos de arquivo não precisariam ter tratamento diferenciado no que tange à gestão, isto é, deveriam ser submetidos normalmente aos processos de **classificação**, avaliação, **descrição**; diferenciando-se em relação aos documentos convencionais apenas quanto às práticas de preservação (LOPEZ; CARVALHO, 2013, p. 272, grifo nosso).

Ainda na visão dos autores Lopez e Carvalho (2013, p. 272), o “[...] tratamento arquivístico, a compreensão dos documentos, quaisquer que sejam as técnicas, suportes ou gêneros, deve dar-se pelas funções administrativas e arquivísticas”.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define a descrição arquivística como “conjunto de procedimentos que levam em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67). Para Lopes (1996, p. 101),

[...] dentro da perspectiva da arquivística integrada, a descrição começa do processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos. Em todos os casos, o trabalho do arquivista é representar ideologicamente as informações contidas nos documentos. [...] Portanto é difícil separar a descrição das duas outras atividades fundamentais da prática arquivística.

O processo de descrição arquivística deve fazer parte de todas as fases do ciclo de vida de um arquivo: corrente, intermediário e permanente (RODRIGUES, 2003). No entendimento de Sousa et al. (2006, p. 41) a descrição arquivística

é o ato de descrever e representar informações contidas em documentos e/ou fundos de arquivo, gerando instrumentos de pesquisa (inventários, guias, catálogos etc.), os quais explicam os documentos de arquivo quanto a sua localização, identificação e gestão, além de situar o pesquisador quanto ao contexto e os sistemas de arquivo que os gerou.

Hagen (1998) complementa que a descrição arquivística é importante pois apresenta o conteúdo dos fundos recolhidos e processa através de instrumentos

de pesquisa formas de busca, que geralmente vão do geral para mais específico.

De acordo com a Norma Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G), o objetivo principal da descrição arquivística é

Identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 9).

Nessa percepção, entende-se que os processos de representação da informação e do conhecimento são apontados como basilares para acesso à informação. Esses processos permitem a construção da estrutura conceitual e a descrição de objetos informacionais para a recuperação, o desenvolvimento de modelos e metodologias de organização e representação da informação implica maior qualidade na recuperação (VITAL; BRÄSCHER, 2016).

A seguir são apresentados os aspectos metodológicos utilizados nesta pesquisa, assim como os resultados levantados.

## 5 ASPECTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS

Para alcançar o objetivo deste estudo foram utilizadas como técnicas de pesquisa: bibliográfica e documental. Para a coleta de dados foi feita uma pesquisa nos sítios eletrônicos dos arquivos. A revisão da literatura é uma atividade contínua e constante para a realização de qualquer pesquisa (SANTOS, 2012; DUARTE; BARROS, 2016). Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica proporcionou, com base em documentos, a identificação, localização e obtenção de conteúdo concernente ao assunto de interesse, auxiliando assim, no *corpus* da pesquisa (SANTOS, 2012).

Para a fundamentação teórica foram utilizados os seguintes autores: Manini, Le Coadic, Lopes, Silva, Smit, Llanes Padrón, Café, Robredo, Bräscher, Hagen, Lopez, Campos, Sales, Lara, Svenonius, Ortega e entre outros.

A pesquisa documental compreende a identificação, verificação e apreciação de documentos para determinado fim (DUARTE; BARROS, 2016). Diante o exposto, foi realizado uma investigação do acervo fotográfico

disponibilizado nos sítios eletrônicos dos arquivos registrados no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervo Arquivísticos de Santa Catarina.

O uso da internet foi fundamental para realizar a coleta das informações.

A riqueza da internet como fonte de informação independente das motivações e dos objetivos de busca [...]. A internet contribui principalmente com a popularização do seu uso através da *World Wide Web* (WWW), conhecida como *Web* [...] (DUARTE; BARROS, 2016, p. 146).

Foi necessário verificar através da página de internet do Conselho Nacional de Arquivos quais instituições estavam registradas e posteriormente fazer uma varredura de quantas instituições possuíam *síte* e quais teriam documentos fotográficos disponibilizados na internet. Este levantamento de dados foi realizado entre os meses de junho e agosto de 2019.

Como apoio para este estudo foi realizado um comparativo da descrição arquivística realizada nos acervos fotográficos com as normas NOBRADE e ISAD(G). A norma ISAD(G) “contém regras gerais para descrição arquivística que podem ser aplicadas independentemente da forma ou do suporte dos documentos” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

Da averiguação no sítio eletrônico do CONARQ foi possível identificar 27 instituições arquivísticas (públicas e privadas) cadastradas da região do Estado de Santa Catarina. Destas instituições, 4 arquivos<sup>2</sup> dispõem de páginas na internet para realizar pesquisas, entretanto, somente 3 arquivos estudados disponibilizam documentos fotográficos *online*.

A maioria das instituições pesquisadas, dispõem do acervo de fotografia, somente para pesquisa *in loco*, ou seja, não disponibilizam o conteúdo pela internet. Para realizar estas consultas nos arquivos, em algumas instituições precisa o agendamento prévio de horário.

Como resultado, na tabela 1 constam as instituições de Santa Catarina que possuem o acesso *online* para consultas e recuperação de documentos

---

<sup>2</sup> O Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina não faz a recolha de documentos fotográficos produzidos pela Universidade. Todos os documentos fotográficos estão sob a custódia da Agência de Comunicação - Agecom/UFSC, setor responsável pela comunicação e imprensa. Haja visto que o arquivo da Agecom não consta no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervo Arquivísticos de Santa Catarina, o mesmo não fez parte do estudo.

fotográficos.

**Tabela 1 – Instituições de Santa Catarina que disponibilizam documentos fotográficos para pesquisa *online*.**

	ARQUIVO	SITE	MUNICÍPIO
1	Arquivo Histórico de Balneário Camboriú	<a href="https://culturabc.com.br/arquivo-historico/">https://culturabc.com.br/arquivo-historico/</a>	Balneário Camboriú
2	Arquivo Histórico José Ferreira da Silva	<a href="https://arquivodeblumenau.com.br/">https://arquivodeblumenau.com.br/</a>	Blumenau
3	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência Regional em Santa Catarina	<a href="http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/">http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/</a>	Florianópolis

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2019)

Além destes, ressalta-se que o Arquivo Público de Caçador (Caçador) possui uma página na rede social *Facebook* tendo sua última atualização no dia 11 de março de 2019. Nesta página há em torno de 40 fotos postadas, algumas fotografias contém a descrição de conteúdo, local e data. Entretanto, são poucos documentos que constam para realizar a busca. Foi enviada uma mensagem para averiguar a existência de alguma outra ferramenta *online* que dispusesse de mais informações sobre o acervo, todavia não houve resposta até a conclusão da pesquisa. O Arquivo Histórico de Joinville (Joinville) também disponibiliza aos usuários uma página na rede social *Facebook*, há em torno de 21 fotos postadas. Porém, não consta nenhum tipo de informação na fotografia, fato que dificulta o usuário realizar qualquer tipo de pesquisa. Dessa maneira, foram desconsiderados ambos arquivos para este estudo.

Dentre os arquivos que possuem *site* para pesquisa, foram realizadas consultas nos acervos fotográficos, e averiguado os instrumentos de pesquisas que pudessem facilitar este processo de acesso e recuperação. Apresentam-se a seguir informações sobre cada arquivo.

O Arquivo Histórico de Balneário Camboriú é responsável pela gestão, guarda, preservação e divulgação do patrimônio histórico e documental do município. Vinculado à Fundação Cultural, o arquivo tem um acervo composto por documentos, **fotografias**, jornais, mapas, [...] entre outros registros que preservam a memória e a identidade do município e servem de

base para a produção de conhecimento da história de Balneário Camboriú (FUNDAÇÃO CULTURAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2020, p. 1, grifo nosso).

No Arquivo Histórico de Balneário de Camboriú, o acervo fotográfico encontra-se organizado e disponível para consultas *online*. O *site* do arquivo é vinculado à Biblioteca Municipal de Balneário Camboriú, utilizando como sistema de gestão, recuperação e acesso o software Pergamum.

Este Sistema Integrado de Bibliotecas tem “por finalidade melhorar a qualidade global dos serviços dos usuários, promover a cooperação no tratamento da informação e o compartilhamento de recursos de informação” (PERGAMUM, 2019). Após inserir o termo (palavra-chave) de busca o usuário tem a opção de utilizar o filtro “tipo de obra”, assim escolhendo o tipo de obra “fotografia”, os documentos recuperados serão somente os fotográficos. Outros filtros podem ser selecionados para recuperar o documento, como exemplo: data de publicação, unidade de informação (arquivo ou biblioteca), título e assunto.

Os documentos fotográficos encontrados nas buscas são dotados de informações como: localização física (gaveta, número da digitalização, etc.), área de identificação (título, data, dados técnicos, etc.), área de conteúdo e estrutura (circulação), área de controle de descrição e área de notas (intervenção e estado de conservação).

Ao comparar com as normas utilizadas para este estudo, observa-se alguns destes campos (título, data, dimensão, notas, etc.) utilizados na descrição do acervo fotográfico do Arquivo de Balneário Camboriú, constantes nas Normas ISAD (G) e a NOBRADE por exemplo. Estas normas possuem as áreas de identificação, área de conteúdo e estrutura, área de controle de descrição e a área de notas. Alguns destes elementos são considerados essenciais (título, data, produtor, dimensão do suporte, nível de descrição e outros) na construção das informações descritas. Entretanto, uma descrição arquivística pode incorporar mais elementos de informação do que as obrigatórias (CONSELHO..., 2006). A área de contextualização, na qual encontra-se o campo essencial do produtor de um documento não foi localizado na descrição das fotografias pesquisadas. Esse campo é fundamental para um pesquisador fazer a leitura e entender sobre o documento, como sua origem e função. É importante ressaltar,

que nem todas as fotografias seguem um mesmo padrão relacionado aos elementos essenciais na descrição, acarretando despadronização das informações do acervo fotográfico.

O Arquivo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Superintendência Regional possui um *site* no qual o usuário pode realizar sua pesquisa inserindo o termo de busca e também empregar filtros como, assunto, tipo (documento), localização geográfica, nome e outros. Ao lado da imagem fotográfica, na descrição constam informações como localização geográfica, descrição do documento, tipo do documento, número do documento, palavras chaves e assunto, conforme ilustram as figuras 1 e 2. Apesar disso, as descrições não seguem as normas arquivísticas, o que pode acarretar na perda de informações para a representação e recuperação destas imagens. Elementos considerados essenciais pelas normas, como por exemplo: produtor, data, nível de descrição, condições do acervo não são indicados no acervo fotográfico. Outro ponto observado é ausência de uma classificação nas fotografias. O ato de organizar e classificar os documentos fotográficos devem ser respeitados pelas instituições responsáveis pela custódia do acervo, pois isso garante informações precisas a respeito de seu produtor, sua função e o porquê de sua criação (ALBUQUERQUE, 2016).

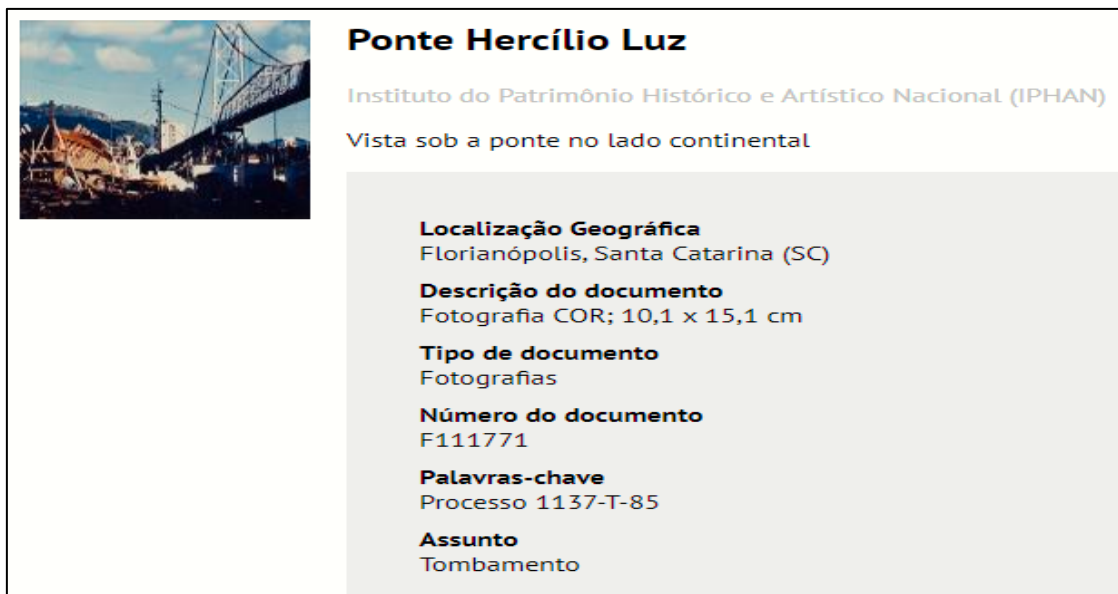
**Figura 1 - Imagem do acervo fotográfico digital IPHAN (Ponte sobre o Rio Môcha)**



**Fonte:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2019)



**Figura 2 - Imagem do acervo fotográfico digital IPHAN (Ponte Hercílio Luz)**



**Fonte:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2019)

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) possui uma **Rede de Arquivos** designada como um repositório de documentos digitalizados que integram os conteúdos produzidos pela instituição. Possui um acervo acumulado em “80 anos de política de preservação do patrimônio cultural, atualmente distribuídos nas 60 unidades da instituição, em 54 cidades” (INSTITUTO..., 2019, p. 1).

Por último, o Arquivo Histórico José Ferreira da Silva além de possuir uma página na internet para realizar consultas, também disponibiliza aos usuários instrumentos de pesquisa, como, índice e catálogos *online*, para facilitar a busca e a recuperação da informação. Esses instrumentos de pesquisa especificam os documentos existentes no arquivo, sua localização em livros/caixas, tipo de material, ano, pasta, coleção, conteúdo, etc. Instrumentos de pesquisa, de acordo com Sousa *et al.* (2006, p. 44),

completam o trabalho de um arquivo com a finalidade de propiciar o acesso aos documentos, consulta e divulgação do acervo e se apresentam em vários formatos e cada um possui características próprias, que vão atender as necessidades dos pesquisadores.

Há um campo na página da internet, "memória digital", na qual constam fotografias com as descrições (conteúdo, local, ano e etc.) relacionado a

imagem. No entanto, estas descrições não estão conforme as diretrizes da NOBRADE ou ISAD (G), trata-se de um texto corrido com informações sobre a fotografia. E não há indícios de um processo de classificação arquivística, sendo impossibilitada a identificação de que as fotos fazem parte de alguma coleção ou fundo.

O acervo documental sobre a história da cidade de Blumenau e da região do Vale do Itajaí está sob guarda do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Neste acervo constam documentos “da administração pública, acervos privados, institucionais e o Fundo Memória da Cidade, constituído de coleções de dossiês” (ARQUIVO HISTÓRICO JOSÉ FERREIRA DA SILVA, 2020). O atendimento ao público é voltado para toda comunidade da região e pesquisadores do país e do exterior. O Arquivo Histórico está vinculado à Fundação Cultural de Blumenau.

Diante das informações coletadas para esta pesquisa fica a reflexão da facilidade e praticidade em consultar os documentos fotográficos que estão disponíveis na internet. A facilidade no acesso ao conteúdo através de *sites* possibilita conhecimentos, colabora na construção coletiva da memória de uma sociedade. Porém, a ausência de elementos essenciais, como tais: título, produtor, data, nível de descrição e outros, coloca em risco a contextualização do documento, ou seja, mesmo o usuário tendo acesso fácil ao acervo fotográfico, sua pesquisa perde informações fundamentais para a compreensão do documento.

Das 27 instituições cadastradas, 89% não possuem *site* para realizar pesquisas *online*. Este fato dificulta o acesso informacional como também a difusão das informações contidas nestes documentos. O fato de ter o acervo fotográfico disponibilizado *online*, além de preservar o documento, proporciona à sociedade acesso facilitado ao conteúdo.

É evidente que o número de Arquivos que investem no acesso a conteúdo fotográfico através da internet é baixo, esse fator impede que a sociedade interaja efetivamente com as informações que constam nestes acervos.

## 6 CONSIDERAÇÕES

Buscou-se com este estudo apontar aspectos do acesso às fotografias que estão custodiadas em arquivos do Estado de Santa Catarina através da internet. Essa pesquisa revela que a minoria de arquivos (11%) está dotada dessa ferramenta tecnológica para conciliar na busca e na recuperação de documentos fotográficos aos usuários.

As vantagens do acervo fotográfico estar disponível para consultas *online*, perpassa pela conservação deste documento, facilidade do acesso, uma vez que o usuário pode realizar sua pesquisa a qualquer hora e lugar e não dependerá do acesso físico ao original. A fotografia além do papel informativo, contribui para a conservação de memórias e construção de conhecimentos.

Dos arquivos estudados, a facilidade<sup>3</sup> para realizar a busca e ter acesso às informações em documentos fotográficos, encontra-se principalmente em dois arquivos: Arquivo Histórico de Balneário Camboriú; e o Iphan - Superintendência Regional em Santa Catarina. Nestas instituições suas páginas *online* apresentam dinâmica autoexplicativa, clara e objetiva para recuperar a informação.

O Arquivo Histórico de Balneário Camboriú apresentou a utilização de alguns elementos das Normas arquivísticas para descrever as informações contidas nas fotografias. Já no Iphan - Superintendência Regional em Santa Catarina, o acervo fotográfico não segue as normas de descrição e nem de classificação, dificultando para o pesquisador informações fundamentais a respeito do documento, como por exemplo sua origem e custódia. As demais unidades arquivísticas, como já mencionado, não possuem descrições em seu acervo fotográfico e, ou *site* para pesquisa.

Assim, é fato a evidência de uma ineficiência entre as Normas de Descrição Arquivística e o que tem sido desenvolvidos em instituições arquivísticas catarinenses no que tange as descrições fotográficas. Um exemplo bem claro é a área de contextualização, presente nas normas NOBRADE e ISAD

---

<sup>3</sup> A usabilidade não foi o foco deste estudo, entretanto observa-se a destreza e eficiência que qualquer pessoa pode ter ao realizar pesquisas nestes arquivos.

(G), nenhum dos arquivos estudados possuíam essa área descrita nas fotografias. Dessa forma, o conteúdo perde informações em relação a sua proveniência e custódia da unidade de descrição. Ou seja, fica comprometido o entendimento contextual arquivístico do documento fotográfico.

Outro ponto importante, em relações às normas arquivísticas, é que cumprem seu papel, proporcionando meios que visam garantir a descrição de forma clara e objetiva dos documentos arquivístico. As normas, por exemplo, NOBRADE e ISAD (G), explicam detalhadamente os passos e as principais áreas que devem constar na descrição. Cada norma é bastante explícita quanto sua função e objetivos, dispendo assistência no tratamento de qualquer documento, além de proporcionar benefícios como: otimização da informação, preservação da memória e cultura, eficiência na busca de informações e entre outros.

A padronização da descrição permite melhor qualidade no trabalho técnico desenvolvido, acarretando benefícios para o usuário como acesso eficaz e maior usabilidade dos documentos.

Fica evidente como é importante os arquivos fornecerem mais informações sobre seus instrumentos de pesquisa e utilizarem *sites* como um aliado na transferência de informação e prestação de serviços à sociedade. Esta vantagem em utilizar a internet apresenta benefícios para o usuário e também para o arquivo, que mantém seu acervo disponível e preservado (sem restrições físicas, seja com relação ao suporte documental ou ao local/horário para consulta).

Conclui-se nesse trabalho que a Representação da Informação e do Conhecimento são essenciais para recuperação e socialização das informações à sociedade. Qualquer gênero documental deve receber tratamento técnico adequado garantido sua especificidade e integridade, como no caso do documento arquivístico, assim como, normativas facilitadoras.

Na Arquivologia, a representação da informação e do conhecimento delineada no processo de descrição arquivística possibilita expor informações do documento e seu contexto para que o mesmo possa ser recuperado, acessado e analisado/estudado/interpretado. A literatura apresenta de forma clara e

objetiva que o processo de descrição arquivística está vinculado às demais funções arquivísticas, especialmente classificação e avaliação, e que as normas auxiliam para efetividade da descrição. Captar as informações de uma fotografia e representá-la requer cuidados especialmente do arquivista e, ou profissional da informação.

A fotografia faz parte da sociedade contemporânea, e necessita do tratamento documental sendo a descrição arquivística, entendida como uma forma de representação da informação e do conhecimento seu principal elo de ligação com os usuários/sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C. de. Classificação de fotografias: elementos comparativos nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. *In: COLÓQUIO EM ORGANIZAÇÃO, ACESSO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO (COAIC)*, 1., 2016, Londrina. **Anais [...]**, Londrina: PPGCI/Uel, 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2016/coaic2016/paper/viewFile/388/238>. Acesso em: 09 jun. 2020.

ARQUIVO HISTÓRICO JOSÉ FERREIRA DA SILVA (AHJFS). Disponível em: <https://arquivodeblumenau.com.br/arquivo-historico-ahjfs/>. Acesso 09 jun. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: [http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf). Acesso em: 27 jun. 2019.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo: ANCIB/USP, 2008.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.) **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Descrição arquivística**: referências bibliográficas. RJ :Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: [http://conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Referencias\\_descricao.pdf](http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Referencias_descricao.pdf). Acesso em: 06 jun. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. Disponível em: [http://conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/isaar\\_cpf.pdf](http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/isaar_cpf.pdf). Acesso em: 06 jun. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: norma internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em:  
[http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/isad\\_g\\_2001.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf). Acesso em: 19 jul. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Disponível em:  
<http://conarq.arquivonacional.gov.br/o-conselho.html>. Acesso em: 21 jul. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes Gerais para a Construção de websites de Instituições Arquivísticas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000a. Disponível em:  
[http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Diretrizes\\_Construcao\\_websites.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Diretrizes_Construcao_websites.pdf). Acesso em: 20 ago. 2019.

DAHLBERG, I. Knowledge Organization: A New Science? **Knowledge Organization**, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006.

DODEBEI, V. L. D. L. de M. **Tesauro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto, 2002.

DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DURANTI, L. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, Ottawa, v. 35, p. 47-54, 1993. Disponível em:  
<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11884/12837>. Acesso em: 24 jul. 2019.

FABRIS, A. **Fotografia e Arredores**. Florianópolis: Letras Contemporânea, 2009.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ. **Arquivo Histórico**. Disponível em: <https://culturabc.com.br/arquivo-historico/>. Acesso em: 09 jun. 2020.

GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Ibersid**, 2009. Disponível em:  
<https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3730>. Acesso em: 23 jul. 2019.

HAGEN, A. M. M. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 1-7, 1998.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover>. Acesso em 10 set. 2019.

KOSSOY, B. **Fotografia e história**. 4. ed. ampl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

KOSSOY, B. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 5. ed. rev. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016.

KUBRUSLY, C. A. **O que é fotografia**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LARA, M. L. G. de; ORTEGA, C. D. Uma abordagem contemporânea do documento da Ciência da Informação. *In*: SILVA, F. C. C. da S.; SALES, R. (Orgs.). **Cenários da Organização do Conhecimento: linguagens documentárias em cena**. Brasília: Thesaurus, 2011.

LE COADIC, Y-F. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LLANES PADRÓN, D. La Descripción Archivística: un antes y un después marcado por ISAD(G) y los nuevos paradigmas archivísticos. *In*: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Estudos avançados em arquivologia**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. 318 p. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos\\_avancados\\_arquivologia.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf). Acesso em: 06 jun. 2020.

LOPES, L. C. **A Informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói/São Carlos: EdUFF; EDUFSCar, 1996.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. SP: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

LOPEZ, A. P. A.; CARVALHO, P. D. S. A classificação arquivística por assunto em documentos fotográficos: o exemplo do Arquivo Público do Distrito Federal. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 3, n. 2, p. 271-279, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/17470>. Acesso em: 06 jun. 2020.

MANINI, M. P. A fotografia como registro e como documento de arquivo. *In*: BARTELO, L.; MORENO, N. A. (org.) **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: EDUEL, 2009. Disponível em:

[http://www.academia.edu/24771680/A\\_fotografia\\_como\\_registro\\_e\\_como\\_documento\\_de\\_arquivo](http://www.academia.edu/24771680/A_fotografia_como_registro_e_como_documento_de_arquivo). Acesso em: 20 jul. 2019.

MORAES, A. F. de; ARCELLO, E. N. O conhecimento e sua representação. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 10, n. 2, 2000. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/328/250>. Acesso em: 20 jul. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

PERGAMUM. **Conheça o Pergamum**. Disponível em: <https://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/index.php>. Acesso em: 27 jul. 2019.

ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (org.). **Passeios no Bosque da Informação**: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento – EROIC. Brasília, DF: IBICT, 2010.

RODRIGUES, G. M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. *In*: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Orgs.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 210-230. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1442/1/CAPITULO\\_RepresentacaoInformacaoArquivistica.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1442/1/CAPITULO_RepresentacaoInformacaoArquivistica.pdf). Acesso em: 23 jul. 2019.

ROUSSEAU, J-Y.; COUTURE, C. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, I. E. dos. (org.) **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 9. ed., rev. e atual. Niterói: Impetus, 2012.

SILVA, S. M. F. da; DUARTE, Z. A fotografia em unidades de informação: valor informativo e permanente. **Ponto de Acesso**, v. 10, n. 3, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/20935>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SMIT, J. W. A informação na Ciência da Informação. **InCID: Revista da Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 84-101, jul./dez., 2012.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, A. P. de M.; RODRIGUES, A. S.; RODRIGUES, A. S.; OLIVEIRA, A. A. de. Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 38-51, ago./dez. 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/6719>. Acesso em 19 jul. 2019.



SVENONIUS, E. **The intellectual foundation of information organization.**  
Cambridge: The MIT Press, 2000.

TOGNOLI, N. B. A informação no contexto arquivístico: uma discussão a partir dos conceitos de informação-como-coisa e informação orgânica. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 113-122, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/8>. Acesso em: 25 jul. de 2019.

VITAL, L.; BRÄSCHER, M. Descrição arquivística: uma discussão conceitual. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 213 – 229, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/22497>. Acesso em: 23 jul. 2019.

## PHOTOGRAPHIC ACQUIS REPRESENTATION / DESCRIPTION: A OVERVIEW OF CATARINENSE ARCHIVISTIC INSTITUTIONS

### ABSTRACT

**Introduction:** Photography, one of the archival documentary genres, provides information from different contexts to society. Through its images, it provides the community with a point of view on particular times, customs, cultures, architecture, etc. Already the file, unit of information, carries the co-responsibility in organizing, guarding, preserving, disseminating and giving access to information. **Objective:** to verify how the photographic collections of public and private archival units of the State of Santa Catarina are made available to society in the respective institutional websites. **Methodology:** procedures and research techniques adopted for this research: bibliographic and documentary and for data collection, the electronic websites of archives. **Results:** it was identified 27 archival institutions in Santa Catarina state region, members of the National Register of Archival Custodian Entities. From these institutions, four have web pages to conduct research; however, only three files studied make photographic documents available online. **Conclusions:** it is observed in literature that photography is part of contemporary society and needs archival documentary treatment to be available for consultation. Process such as description is part of archival making, its standardization, provides better quality in technical work, bringing benefits in recovery and facilitating broad access, especially when available on internet networks. Therefore, it is relevant that the photographic collection is supported by these processes and disseminated. However, the research indicates a minority of public archives in the state of Santa Catarina with an electronic address, a key technological tool in the 21st century for searching and retrieving documents.

**Descriptors:** Photography. Photographic collection. Archival description. Archive. Organization of Information.

## REPRESENTACIÓN / DESCRIPCIÓN DE LA ADQUISICIÓN FOTOGRÁFICA: UNA VISIÓN GENERAL

## DE LAS INSTITUCIONES ARQUIVÍSTICAS DE CATARINENSE.

### RESUMEN

**Introducción:** la fotografía, uno de los géneros documentales de archivo, proporciona información de diferentes contextos a la sociedad. A través de sus imágenes, proporciona a la comunidad un punto de vista sobre tiempos particulares, costumbres, culturas, arquitectura, etc. El archivo, como unidad de información, tiene la corresponsabilidad de organizar, proteger, preservar, difundir y dar acceso a la información. **Objetivo:** verificar cómo las colecciones fotográficas de las unidades de archivo públicas y privadas del Estado de Santa Catarina se ponen a disposición de la sociedad en los respectivos sitios web institucionales. **Metodología:** que utilizamos como técnicas de investigación: bibliográfica y documental y para la recopilación de datos, los sitios web electrónicos de los archivos. A partir de los **resultados:** 27 instituciones de archivo de la región del Estado de Santa Catarina fueron identificadas como miembros del Registro Nacional de Custodios de Archivo. De estas instituciones, cuatro tienen páginas web para realizar investigaciones, sin embargo, solo tres archivos estudiados ponen a disposición documentos fotográficos en línea. **Conclusiones:** se observa en la literatura que la fotografía es parte de la sociedad contemporánea y necesita que el tratamiento documental de archivo esté disponible para consulta. El proceso, como la descripción, es parte de la creación de archivos, su estandarización, proporciona una mejor calidad en el trabajo técnico, brinda beneficios en la recuperación y facilita un amplio acceso, especialmente cuando está disponible en las redes de Internet. Por lo tanto, es relevante que la colección fotográfica sea apoyada por estos procesos y difundida. Sin embargo, la investigación indica una minoría de archivos públicos en el estado de Santa Catarina con una dirección electrónica, una herramienta tecnológica clave en el siglo XXI para buscar y recuperar documentos.

**Descriptores:** Fotografía. Colección fotográfica. Descripción archivística. Archivos. Organización de la información.

**Recebido em:** 03.01.2020

**Aceito em:** 03.06.2020